



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

Aos 11 dias do mês de Dezembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Debate sobre a Metodologia de Escrutínio das iniciativas europeias
2. Debate sobre a concretização da conferência de representantes do Parlamento Europeu e de representantes dos Parلامentos nacionais, a fim de debaterem as políticas orçamentais, prevista no TCEG
3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias
 - a) LIVRO VERDE - Conhecimento do Meio Marinho 2020: Da cartografia dos fundos marinhos à previsão oceanográfica [COM(2012)473] *objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar*
Deputada Autora de Parecer: Lídia Bulcão (PSD)
 - b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 273/2004 relativo aos precursores de drogas [COM(2012)548] *objeto de relatório da Comissão de Saúde*
Deputada Autora de Parecer: Ana Catarina Mendes (PS)
 - c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes à disponibilização no mercado de equipamentos de rádio [COM(2012)584] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*
Deputada Autora de Parecer: Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)
 - d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 97/836/CE relativa à adesão da Comunidade Europeia ao Acordo da Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas relativo à adoção de prescrições técnicas uniformes aplicáveis aos veículos de rodas, aos equipamentos e às peças suscetíveis de serem montados ou utilizados num veículo de rodas e às condições de reconhecimento recíproco das homologações emitidas em conformidade com essas prescrições («Acordo de 1958 revisto») [COM(2012)202] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*
Deputada Autora de Parecer: Catarina Martins (BE)
 - e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Plano de ação contra a ameaça crescente da resistência antimicrobiana [COM(2011)748] *objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar*



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.ª SL

Deputado Autor de Parecer: Cristóvão Norte (PSD)

f) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transações financeiras [COM(2012)631] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS)

4. Apreciação e votação da Ata n.º 84/XII referente à reunião de 4 de dezembro de 2012.

5. Informações e outros assuntos.

O Sr. Presidente deu início à reunião informando que enviou proposta à Senhora Presidente da Assembleia da República de composição da delegação à Semana parlamentar dedicada ao Semestre Europeu no Parlamento Europeu. Atendendo que esta “Semana” permite a designação por cada Parlamento nacional de uma delegação de 6 membros e visando evitar futuras dificuldades na designação de Deputados das três comissões envolvidas, sobretudo com vista a garantir a representatividade de todos os partidos com assento nas três comissões, e recorrendo ao modelo de designação em uso para a COSAC, apresentou proposta para três anos, envolvendo as três comissões que mais ativamente têm participado neste debate, a Comissão de Assuntos Europeus, a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e a Comissão de Segurança Social e Trabalho. Disse que vai falar com os Presidentes das outras Comissões para dar conhecimento desta proposta.

Informou que, na sequência da reunião havida da Mesa e Coordenadores, assinou a carta proposta pela homóloga do parlamento dinamarquês que foi igualmente assinada por todos os representantes dos Parlamentos nacionais que participaram na reunião.

Deu conhecimento que o *Institut français* de Portugal está a organizar uma visita a Lisboa para um grupo de cerca de 30 estudantes finalistas de Relações Internacionais da Sorbonne, entre os dias 12 e 19 de Janeiro de 2013. Em Janeiro de 2010 foi efetuada uma visita guiada ao Parlamento e teve ainda lugar uma conferência sobre o tema “O papel da Comissão dos Assuntos Europeus na Assembleia da República” em que interveio o Sr. Deputado Carlos Costa Neves, então Vice-Presidente da Comissão



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.ª SL

dos Assuntos Europeus. O Instituto solicita agora a possibilidade de se fazer um programa similar entre 14 e 18 de Janeiro. Houve acordo dos presentes pelo que será oportunamente indicado o Deputado que participará na Conferência, bem como a data.

O Sr. Presidente informou ainda que a Sr.ª Deputada Ana Drago (BE) saiu da CAE e foi substituída pela Sr.ª Deputada Catarina Martins.

1. Debate sobre a Metodologia de Escrutínio das iniciativas europeias

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) começou por referir que iria apresentar as motivações e fundamentação da proposta apresentada e o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) apresentaria as propostas. Não se trata de um projeto de metodologia mas, sobretudo, de considerações sobre a atividade de escrutínio.

A Comissão Europeia entendeu que os Parlamentos nacionais fossem competentes sobre a competência e não sobre o conteúdo. Mais tarde, a Comissão Europeia inventou o diálogo político. Atualmente, a atividade de escrutínio encaminha-se em duas direções fundamentais, emissão de “pareceres fundamentados”, identificando violações do princípio da subsidiariedade, e intercâmbio político com a Comissão.

Existe um número elevado de pareceres da Assembleia da República em sede de diálogo político e não de pareceres fundamentados, já que pouquíssimos tiveram essa natureza. No balanço de 2011, a Assembleia da República distingue-se como a câmara que emitiu mais pareceres em sede de “diálogo político” (184), ou seja, 27% do total dos pareceres emitidos (622) por todas as 40 câmaras da UE e, no mesmo período, a Assembleia emitiu apenas 1 “parecer fundamentado”, em sede de controlo de subsidiariedade, num total de 64 no âmbito da UE (correspondendo a 1,5%). Impõe-se uma reflexão sobre os resultados concretos desta atividade. O esquema gizado não funcionou à escala europeia, esperavam-se cartões amarelos e o que releva é o diálogo político, mas mesmo o diálogo político não funciona satisfatoriamente. O exame das posições do Governo não é feito nem estas são conhecidas, deficiência que importa resolver. É importante que os processos de escrutínio se baseiem em audições, reuniões com a sociedade civil, pelo que deveria

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

haver uma maior filtragem e foi com base nisso que elaborámos um conjunto de sugestões.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) corroborou a exposição feita e disse que este documento resulta de uma reflexão conjunta. Trata-se de propostas de dois Deputados sujeitas à avaliação desta Comissão. Disse que ambos partilharam uma certa perplexidade e algum incómodo quando verificaram que 27% dos pareceres emitidos em 2011 são desta Assembleia. Trata-se de um exercício rotineiro e administrativo embora através da metodologia adotada se tenha conseguido associar as outras Comissões ao processo de escrutínio. A primeira conclusão é que temos de fazer mais em qualidade e menos em quantidade mas com a condição de não perdermos a cooperação com as restantes Comissões. É importante manter o envolvimento das outras Comissões na seleção e elaboração de relatórios. Dado que o Programa de Trabalho da Comissão é tão pormenorizado, podemos seleccionar o que queremos escrutinar de forma mais profunda. É esse o ponto de partida: a escolha de prioridades é feita por todas as Comissões, que são organizadas pela CAE e aprovadas em plenário. Nem todas as Comissões são iguais nesta matéria, a Comissão de Ética não tem o mesmo envolvimento que a Comissão de Agricultura e Mar pelo que deve ser estabelecido um número mínimo e máximo. Obviamente que poder-se-á escrutinar igualmente propostas apresentadas que não constam do programa de trabalho da Comissão.

Deverá haver um sistema de alerta relativamente aos Parlamentos nacionais que aprovam pareceres fundamentados e ser dada prioridade ao acompanhamento dos livros verdes da UE. Finalmente importa que haja uma recolha alargada de opiniões da sociedade civil, bem como o acompanhamento das posições do Governo sobre as matérias em escrutínio. As conclusões dos pareceres devem ser mais substanciais do que as que constam atualmente.

O Sr. Presidente agradeceu aos Srs. Deputados a reflexão que fizeram e a produção do documento que é curto e por isso mesmo facilitador da discussão. Considerou que há três grupos de propostas: redução significativa do número de pareceres, em matéria de subsidiariedade só deve haver parecer quando há violação e depois há propostas relativas à metodologia e conteúdo do parecer.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

Considerou que importa debater e chegar a uma conclusão e, em função dela, reformular a metodologia.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) felicitou os autores do documento que contextualizaram e apresentaram propostas concretas integrando um sentimento generalizado de alguma falta de eficácia do trabalho desta Comissão. Quanto ao conjunto de propostas apresentadas, parecem-lhe equilibradas e positivas. A questão é como vamos selecionar as iniciativas a escrutinar. Considerou que importava também avaliar como dar maior eficácia e visibilidade ao trabalho da Comissão e recordou o facto de haver situações em que outros Parlamentos tomaram a iniciativa de contactar a Assembleia da República, criando situações de pressão, recolhendo informação e permitindo a tomada de posição com eficácia, isto é, que chega às instituições europeias em consonância com as posições expressas por outros Parlamentos nacionais.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) disse que não iria acrescentar muito mais ao que já foi dito. Este processo de escrutínio já vem de trás e já houve várias tentativas de o reformular. Há aqui um aspeto essencial e é por aí que devemos começar: a seleção das iniciativas do Programa de Trabalho. Este ano já se tentou que o processo fosse mais seletivo e depois de selecionadas as prioridades, ao longo do ano foram esquecidas. Devíamos dar importância a esse momento e durante o ano ter sempre presente a seleção feita. Quando se procede à distribuição das agendas do Conselho dever-se-ia dar destaque sempre que se encontrasse agendada uma das iniciativas selecionadas. Rematou referindo que estas propostas vão no bom sentido e parece-lhe salutar fixar um objetivo, não ir além das 40/60 apreciações por ano, o que permite que os Deputados e serviços se possam concentrar.

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) cumprimentou os Deputados autores do parecer. Embora entenda a necessidade de se proceder a audições, considerou que era importante que os trabalhos da Comissão não ficassem enredados em audições de forma a adquirirem maior eficácia.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) começou por dar os parabéns aos Srs. Deputados que elaboraram o documento, mas considerou que havia uma dimensão que não podia ser ignorada, o escrutínio é sempre uma fonte de informação e quanto maior é a informação, maior é o diálogo político. Quanto mais cerceamos o fluxo de informação descendente menor é o fluxo ascendente. Há ainda um aspeto que queria deixar à reflexão: muitas iniciativas europeias a serem aprovadas e publicadas podem implicar custos que devem merecer avaliação e ponderação por cada Estado – membro.

O Sr. Presidente perguntou como atuaria a Comissão em termos de seleção das iniciativas europeias para além do sistema de alerta mencionado e da possibilidade de cada Deputado poder requerer a apreciação de uma iniciativa. A CAE faz uma seleção *a priori* ou envia a seleção e a lista das iniciativas e se cada Comissão entender pode decidir escrutinar iniciativas não selecionadas previamente?

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) agradeceu os contributos e lembrou que o documento era também um contributo para a discussão. A metodologia que foi pensada é a seguinte: recebemos o Programa de Trabalho da Comissão Europeia que é enviado a todas as Comissões que procedem à seleção das iniciativas a escrutinar e devolvem à CAE. O que se propõe é o acolhimento desta experiência alargando o número de iniciativas sobre as quais recai o escrutínio reforçado. A CAE, embora mudando a metodologia, tem de manter alguns procedimentos e deverá manter a articulação com as Comissões, informando designadamente quanto a iniciativas que não tendo sido selecionadas para escrutínio reforçado, poderão ser sujeitas a escrutínio. Quando estamos a produzir pareceres em prazos muito curtos e em elevado número, estamos a fazer um trabalho rotineiro e sem qualquer eficácia. Com alguma dinâmica, o ponto de partida e de chegada é o Programa de Trabalho da Comissão Europeia.

O Sr. Presidente anunciou entretanto que o Dr. Bruno Pinheiro, presente na reunião, fez hoje de as provas de Mestrado sobre *O Tratado de Lisboa e a adaptação dos Parlamentos nacionais aos desafios da integração europeia: o caso dos representantes permanentes dos Parlamentos junto das instituições da União Europeia*, tendo os Srs. Deputados presentes dado os parabéns.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) disse que no documento em análise não se foi tão longe na diferenciação quanto se quis. Dever-se-ia sedimentar a forma de seguimento a dar a iniciativas não programadas. Referiu a intervenção do Sr. Deputado João Lobo e considerou que há um deslizamento de competências dos Parlamentos nacionais para as instituições europeias, o que justifica uma proposta de pronúncia precoce daqueles em matéria de conteúdos, de forma a poder influenciar. Por último, considerou, fazer pareceres é uma atividade burocrática e é preciso transformá-la numa atividade política, quer recolhendo opiniões e contributos, quer divulgando interna e externamente as conclusões.

O Sr. Presidente chamou a atenção para o facto de se acabarem com os pareceres que concluem que não há violação do princípio da subsidiariedade. Não ouviu nenhuma pronúncia contra as propostas mas pensa que não estão suficientemente amadurecidas, pelo que pediu aos serviços que, tendo em conta as conclusões constantes do documento, preparassem quadro comparando as soluções propostas com a metodologia em vigor, destacando o critério de seleção das propostas a escrutinar, os procedimentos de apreciação e o conteúdo dos pareceres. Na próxima reunião prosseguir-se-á com o debate sobre esta matéria.

2. Debate sobre a concretização da conferência de representantes do Parlamento Europeu e de representantes dos Parlamentos nacionais, a fim de debaterem as políticas orçamentais, prevista no TEGC

O Sr. Presidente disse que gostaria de saber se os Srs. Deputados entendem que é prematuro debater esta questão e informou que a COFAP já analisou e aprovou proposta e irá enviar informação.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) disse que a opinião do seu grupo parlamentar ainda estava pendente e considerou que o que falta é aprofundar a reflexão sobre a concretização desta conferência. Já existe a COSAC que, considerou, é incómoda para o Parlamento Europeu, que tende a olhar para a COSAC com uma

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

certa sobranceria, mas importa evitar a multiplicação destes fóruns. A concretização da Conferência PESC/PCSD tem gerado também desentendimento quanto à participação pelo que sugeriu que se aguardasse pela pronúncia da COFAP e se fizesse então um debate aprofundado.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) disse que o seu grupo parlamentar ainda não discutiu isto pelo que a posição que irá expressar é apenas sua. Defendeu que se deveria aguardar pela experiência da semana parlamentar do semestre europeu. Considerou que era prematuro tomar uma posição e disse que o impressionava a multiplicação dos fóruns de discussão. Havendo a COSAC, que é o fórum das comissões especializadas em assuntos europeus, não veria com maus olhos que a participação dos parlamentos nacionais prevista no artigo 13^o pudesse ser equacionada no seio da COSAC.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse temer que ao abrigo do novo Tratado se corra o risco de estar a criar uma nova COSAC e se estar a despender fundos com resultados quase nulos. Sugeriu que fosse enviada uma carta aberta a todos os Parlamentos nacionais de forma a evitar a multiplicação de fóruns. Em vez das três Conferências se realizasse uma só em que estes temas fossem todos debatidos.

O Sr. Presidente disse que há um sentimento generalizado no sentido que seria prematuro avançar já para uma deliberação e que será útil aguardar pelo parecer da COFAP. Destacou o facto de haver uma geometria variável na participação destas conferências e disse que também na reunião de Copenhaga havia um sentimento dominante contra a multiplicação destes fóruns. Sugeriu assim que se aguardasse pelo contributo da COFAP e se visse então se há adesão ou rejeição à proposta da Assembleia nacional francesa.

3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) LIVRO VERDE - Conhecimento do Meio Marinho 2020: Da cartografia dos fundos marinhos à previsão oceanográfica [COM(2012)473] *objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar*



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Deputada Lúcia Bulcão (PSD) disse que a Comunicação “Conhecimento do Meio Marinho 2020” aborda a necessidade de libertar o potencial económico do acervo constituído pelas observações marinhas na Europa e demonstra que a divulgação desse potencial ajudará a cumprir os objetivos da estratégia Europa 2020, sobretudo em matéria de emprego, inovação e luta contra as alterações climáticas. Os principais objetivos passam, essencialmente, pela redução de custos e de riscos, pelo incentivo à inovação e pela redução da incerteza na compreensão do comportamento do mar, de modo a garantir a sustentabilidade da expansão da «economia azul». Para ir de encontro a esta estratégia, foi essencial o conceito de uma Rede Europeia de Observação e de Dados do Meio Marinho (EMODnet). A iniciativa «Conhecimento do Meio Marinho 2020» é mais abrangente do que a própria EMODnet, porquanto proporciona um quadro unificador de todas as atividades de observação marinha em curso na UE e abrange todo o ciclo, da observação inicial à difusão, passando pela interpretação e pelo tratamento e visa a elaboração de um mapa digital multiresoluções contínuo dos fundos marinhos europeus até 2020, que abranja a topografia, a geologia, os habitats e os ecossistemas. Este mapa deverá ainda permitir o acesso a informações e observações atualizadas sobre o estado físico, químico e biológico da coluna de água superior, bem como de dados associados sobre as atividades humanas e seu impacto no mar e de previsões oceanográficas.

A concluir, sublinhou a necessidade de a União Europeia não diminuir a sua capacidade de investir na rede de observação marinha, atualmente cifrada em cerca de 1,5 milhões de euros anuais, tal como é mencionado no relatório da Comissão de Agricultura e Mar. Este é um investimento que terá repercussão no sector, visto que uma gestão integrada e uma maior partilha dos dados poderão permitir aos sector marítimo e marinho poupar até cerca de 500 milhões de euros por ano. Não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade, na medida em que se trata de uma iniciativa não legislativa, deve, contudo, o desenvolvimento futuro desta matéria ser acompanhado em sede de Comissão competente.

O Sr. Presidente submeteu o parecer a votação que foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 273/2004 relativo aos precursores de drogas [COM(2012)548] *objeto de relatório da Comissão de Saúde*

A Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou o parecer, porém, tendo sido detetado um lapso no mesmo foi decidido adiar a sua apreciação.

c) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes à disponibilização no mercado de equipamentos de rádio [COM(2012)584] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

A Sr.^a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) começou por referir que a Diretiva 1999/5/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 1999, relativa aos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações e ao reconhecimento mútuo da sua conformidade estabelece um quadro para a colocação no mercado, a livre circulação e a colocação em serviço, na UE, dos equipamentos de rádio e dos equipamentos terminais de telecomunicações. A abordagem regulamentar permanece válida, pelo que não é necessária uma revisão fundamental da diretiva, no entanto, a experiência adquirida com o funcionamento da diretiva expôs uma série de questões que devem ser abordadas. Os principais objetivos da proposta são o de melhorar o nível de conformidade com os requisitos da diretiva e aumentar a confiança de todas as partes interessadas no quadro regulamentar e de clarificar e simplificar a diretiva. Concluiu referindo que a iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.

O Sr. Presidente submeteu o parecer a votação que foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 97/836/CE relativa à adesão da Comunidade Europeia ao Acordo da Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas relativo à

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

adoção de prescrições técnicas uniformes aplicáveis aos veículos de rodas, aos equipamentos e às peças suscetíveis de serem montados ou utilizados num veículo de rodas e às condições de reconhecimento recíproco das homologações emitidas em conformidade com essas prescrições («Acordo de 1958 revisto») [COM(2012)202] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

A pedido da Sr.^a Deputada Catarina Martins (BE), ausente em trabalhos parlamentares, a apreciação do parecer relativo a esta iniciativa foi adiado.

e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Plano de ação contra a ameaça crescente da resistência antimicrobiana [COM(2011)748] *objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar*

O Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD) começou por referir que o aumento da resistência aos medicamentos antimicrobianos representa uma das principais ameaças emergentes para a saúde humana, pelo que a Comissão propõe a criação de um plano de ação quinquenal de combate à resistência aos agentes antimicrobianos com base em 12 ações fundamentais. Vários Estados-Membros têm sido pró-ativos na realização de ações relacionadas com as que são tomadas a nível da EU, pelo que estas ações a nível nacional e a experiência adquirida devem formar a base do desenvolvimento prático e da aplicação do presente plano de ação.

A concluir referiu que não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade, na medida em que se trata de uma iniciativa não legislativa.

O Sr. Presidente submeteu o parecer a votação que foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

f) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transações financeiras [COM(2012)631] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) iniciou a apresentação do parecer relativo a esta iniciativa, referindo que a grave crise financeira e económica mundial que eclodiu em



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.ª SL

2008 revelou disfunções significativas no quadro regulamentar e de supervisão do sistema financeiro global.

Em resultado da crise financeira muitas instituições financeiras entraram em colapso. Para evitar a ocorrência de risco sistémico houve necessidade de as salvar, originando elevados custos e desencadeando posteriormente uma crise orçamental e da dívida, que onerou os orçamentos públicos e comprometeu gravemente o crescimento económico, a criação de emprego e a manutenção do Estado social.

Apesar do G20 de ter vindo a debater novas formas de tributação, continua a não haver um consenso global quanto à introdução de novos instrumentos fiscais.

Um ano após a apresentação pela Comissão da proposta de diretiva do Conselho sobre “Um sistema comum de imposto sobre as transações financeiras”, a França e a Alemanha solicitaram oficialmente à Comissão Europeia autorização para instituírem entre si uma cooperação reforçada no domínio da criação de um sistema comum de ITF, tendo-se-lhe juntado pedidos semelhantes feitos pela Áustria, Bélgica, Grécia, Itália, Portugal, Eslováquia, Eslovénia e Espanha.

Na presente proposta de decisão, a Comissão concluiu estarem reunidas todas as condições jurídicas para que os Estados Membros que pretendam instituir um ITF a nível da UE, sejam autorizados a fazê-lo.

A concluir referiu que não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) agradeceu o parecer e as reflexões que partilhou. Concordou com o lançamento deste imposto e é isso que justifica que o Governo português seja um dos governos envolvidos nesta cooperação reforçada. Perante o impasse que se chegou foi decidido avançar-se com este procedimento de cooperação reforçada.

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) disse que se for decidido avançar com este importo, será bem-vindo. Referiu ainda que esta medida só terá sucesso se houver transversalidade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) disse que pela primeira vez o mecanismo de cooperação reforçada é aplicado a matéria de certa importância. A recusa de recurso a este mecanismo merece ponderação pelo que, considerou, seria bom que os parlamentos nacionais tivessem uma pronúncia mais substantiva sobre a matéria.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) disse que há muito tempo que se debate a cooperação reforçada e a taxa Tobin. Perante o impasse que se gerou, entenderam os Estados-membros avançar dando sinal que não desistem da ideia. Nada tenho a opor à realização de audições mas pensa que o parecer é relevante. Admite que a União de Bancos não seja favorável a esta questão nem será seguramente independente na sua apreciação. Dado que se refere que se continuará a acompanhar esta iniciativa seria importante termos também essa perspectiva.

O Sr. Presidente disse que se poderia votar o parecer e efetuar posteriormente as audições ou efetuar as audições e votar depois o parecer, mas registando-se entretanto o consenso para adiar a votação, concluiu que se efetuariam as audições e votar-se-ia então o parecer.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 Dezembro 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 85/XII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Rodrigues
António Serrano
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
Jacinto Serrão
João Lobo
Maria Ester Vargas
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Rui Barreto
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Cristóvão Norte
Fernando Serrasqueiro
Nuno Reis

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Honório Novo
João Serpa Oliva
Maria Helena André